



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

28 DE ABRIL DE 2016

PRESIDENTE	João Luís Teixeira Fernandes
1.º SECRETÁRIO	Auria Patrícia Ramos Alves
2ª SECRETÁRIA	Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa
LOCAL DA REUNIÃO	Paços do Concelho - Auditório
MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00(última folha da ata)
HORA DE ABERTURA	14:45 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	18:00 Horas
PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL	
PRESIDENTE	José Maria Garcia da Costa
VICE-PRESIDENTE	Raul António Ribeiro Luís
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz
VEREADOR	Albertino José Castro Lousa
VEREADORA	Cláudia A. Cruz Oliveira Guerra e Vilaverde
FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL	
Não houve	

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, cumprimentou os presentes e deu início à sessão ordinária do dia 28 de abril de 2016, referindo que dos 5 pontos da ordem do dia apenas 2 (pontos 4 e 5) são para votação, os restantes apenas para conhecimento. Deixou ainda uma nota sobre a participação nas Comemorações do Feriado Municipal - 8 de maio - com a presença do Secretário de Estado das Autarquias Locais e da transmissão, em direto de Murça, do programa "Somos Portugal" da TVI, aquando da realização da FAV/2016.

Período Antes da Ordem do Dia

"Apreciação da Ata da Sessão do dia 25/02/2016"

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>22</i>
<i>Abstenção</i>	<i>04</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>18</i>

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: a representante da União de Freguesias de Carva e Vilares, o Presidente da Junta de Freguesia de Murça, o deputado Marcolino Nascimento dos Santos e a representante da União de Freguesias de Noura e Palheiros.

Declaração de Voto: "por não terem estado presentes na sessão em apreço".

//

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

Grupo Parlamentar do PSD:

- Remete ofício sobre o Tribunal de Murça

Agrupamento de Escolas EB 2/3 e Secundária de Murça:

- Remete convite para participar no V Ciclo de Cinema - Desporto

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 28/04/2016;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete convite para participar nas Comemorações do 25 de abril de 1974

Presidente da Junta de Freguesia de Murça:

- Remete informação - Caminhada Solidária Luta Contra o Cancro/Murça

Embaixada de Portugal em Paris:

- Remete convite para participar nas cerimónias evocativas do aniversário da Batalha de La Lys

Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 28/04/2016

União de Freguesias de Noura e Palheiros:

- Justificação pela ausência e E-mail de substituição, relativo à sessão do dia 28/04/2016;

Rui Manuel Gonçalves Pereira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 28/04/2016

União de Freguesias de Carva e Vilares:

- Justificação pela ausência e E-mail de substituição, relativo à sessão do dia 28/04/2016;

José Eduardo Rodrigues Borges:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 28/04/2016

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Alves, cumprimentou os presentes e aproveitou para informar que a movimentação que se tem verificado em torno do assunto “Barragem”, na aldeia de Sobreira, poderia ter sido evitada, alertando o executivo da Câmara Municipal para a necessidade de agir de maneira célere, prestando à população um esclarecimento urgente e concreto do que se perspectiva fazer, relativamente às necessidades ali existentes, recordando a reunião que alguns populares tiveram com o executivo, onde puderam manifestar a suas preocupações e anseios.

- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira, cumprimentou os presentes e disse que a sua intervenção vai de encontro à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, referindo que teve conhecimento da reunião havida com o executivo da Câmara Municipal e um grupo de cidadãos da aldeia de Sobreira, manifestando a sua enorme preocupação, uma vez que está a ser veiculada a informação que os valores do Protocolo, assinado com a EDP, estarão a ser desviados para outros fins. Disse comungar da angústia do grupo de cidadãos, solicitando esclarecimento sobre os ditos “boatos” ao Sr. Presidente da Câmara.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou os presentes e referiu pretender abordar 4 temas:

- Protocolo da Assembleia de Freguesia de Fiolhoso – aludiu ao facto de ainda não se terem desenvolvido os procedimentos com vista a desbloquear a transferência da CMM para a JFF. Apelou, novamente, a que a Junta de Freguesia, na ausência do documento comprovativo da aprovação do protocolo em Assembleia de Freguesia e que a Mesa da Assembleia de Freguesia se recusa a fazer chegar quer ao executivo da Junta quer ao executivo da CMM, possa fazer uma exposição à CMM subscrita pela maioria dos elementos da Assembleia de Freguesia onde se relatem e exponha a aprovação do protocolo. A exposição elaborada pelo executivo da Junta e subscrita pela maioria dos elementos da Assembleia seja considerado pelos serviços municipais como documento provisório suficiente, para desbloquear a transferência de verba prevista no protocolo.

Reforçou ainda para a necessidade de intervenção no caminho referido na sessão anterior e que continua por resolver, nesse caminho serão no máximo 200 metros e servem duas unidades empresariais da Freguesia, é em sua opinião uma intervenção de apoio à atividade económica.

Lembrou que o largo do ribeiro em Fiolhoso foi remodelado recentemente mais ainda falta concluir, nomeadamente o local onde estava a sede da Junta de Freguesia e alertou para a necessidade de manutenção, nomeadamente nos bancos que servem esse mesmo largo.

Sobre o Tribunal de Murça, disse que afinal houve bom senso em se ter aguardado e não se ter ido na “onda” do Grupo Parlamentar do PSD, pois aparentemente as notícias são positivas, não serão o melhor, mas pelo menos já existem novidades positivas, lembrando que até o mobiliário que tinha sido retirado, já voltou. Não foi necessário fazer uma assembleia extraordinária e ao que tudo indica, este ponto parece estar no bom caminho.

Concluiu este ponto antes da ordem do dia com uma pequena reflexão sobre o Concelho de Murça essencialmente sobre o seu passado histórico e arqueológico, dizendo que em Murça não se vive muito a sua história. A Câmara Municipal deve olhar para a nossa história com atenção e para as figuras históricas, devendo-as potencializar seja como memória coletiva seja em alguns casos como fatores diferenciadores no município. Desafiou o executivo municipal em lançar a ideia de se dar o nome à Escola EB 2/3 e Secundária de Murça, de Escola Frei Diogo de Murça, que foi um dos expoentes do humanismo renascentista em Portugal e era natural de Murça. Terminou referindo alguns exemplos de figuras públicas de Murça, como Militão Bessa Ribeiro, Herói Milhões, Cardeal Patriarca Morais Cardoso, entre muitos outros.

Lembrou ainda, as comemorações do 25 de abril, recordando que no ano passado foram realizadas algumas atividades, e este ano realiza-se um concerto de Tributo a Zeca Afonso, finalizou dizendo esperar que no próximo ano a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de abril se possa realizar no dia 25.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, lembrou que já se fez aqui uma Assembleia Municipal no dia 25 de abril, podendo também acontecer no próximo ano.

Sobre o lembrar a história de Murça, referiu a Figura do Frei Diogo de Murça, no contexto da educação, tendo sido o 1º Reitor da Universidade de Coimbra, dizendo que está solidário sobre este assunto.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção aproveitando a sugestão do deputado Arménio Ribeiro, corroborada também pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que concorda que se faça a sessão ordinária da Assembleia Municipal de abril, no dia 25, desse mês e que seja regular.

Lembrou que o horário das sessões da Assembleia Municipal não é o melhor, pois é dia de trabalho o que impede a que mais pessoas possam assistir.

Disse pretender abordar aqui algumas questões, nomeadamente uma sobre a Universidade Sénior de Murça, aludindo ao facto de na assembleia anterior ter havido algumas abordagens simpáticas sobre este assunto.

Disse que a Universidade Sénior é uma estrutura que tem uma gestão independente, promovida e organizada pela Junta de Freguesia de Murça, com o apoio de vários parceiros, lembrando a presença aqui de alguns deles, bem como reconhecer a sua preciosa colaboração e que cuja formalidade vai ser registada num protocolo escrito que está a ser elaborado, a fim de se promover a assinatura pública.

Este exemplo reflete bem o que é possível às Juntas de Freguesia poder fazer na área social, não se limitando apenas a fazer pequenos trabalhos.

Referiu ainda, que a atividade BTT-Enduro Murça foi efetivamente um dos melhores exemplos de uma atividade atrativa, com um enorme retorno, que trouxe muitas pessoas a Murça, pelo investimento reduzido. Disse que foram feitas excelentes reportagens que passaram na televisão, que valorizaram muito o nosso concelho.

Terminou a sua intervenção dizendo que o dinheiro público deve ser racionado, mas estas iniciativas são importantes, pois o rácio entre o investimento e o retorno é significativamente positivo.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, José Manuel Marcolino, cumprimentou a mesa e restantes deputados e vereadores referindo que a sua intervenção vem no seguimento da intervenção do deputado Arménio Ribeiro, manifestando total concordância com o que foi referido sobre o assunto do protocolo, bem como sobre o estado degradado em que se encontram vários caminhos na sua freguesia a necessitar de obras de manutenção, aludindo ao facto dos últimos meses terem sido muito chuvosos. Solicitou o apoio da Câmara no sentido de disponibilizar uma máquina para proceder a alguns trabalhos de manutenção.

- O Deputado do PSD, Daniel Faceira, cumprimentou os presentes e colocou algumas questões que gostaria ver esclarecidas, nomeadamente a questão da possível reabertura do Tribunal de Murça, dizendo que têm aparecido notícias na Comunicação Social sobre este assunto e que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara dissesse de concreto o que se perspectiva poder vir a acontecer e que garantias existem e que possam resultar de útil, para a população do concelho de Murça.

Relativamente à nomeação da secretária do Sr. Presidente e da secretária da Vereação, referindo a existência de duas secretárias de apoio à presidência, pois recentemente houve a revogação de uma das secretárias e a posterior nomeação para a vereação. Pediu esclarecimento se há ou não necessidade de existirem duas secretárias de apoio à Presidência e uma de apoio à Vereação e também por que motivo se exonera, para depois se nomear.

Se estes factos correspondem à verdade, quais os motivos que levaram à nomeação de um novo membro de apoio à Presidência e a despromoção e conseqüente nomeação de apoio à vereação.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, cumprimentou os presentes e alertou para a necessidade que as juntas têm em alterar o Protocolo com a Câmara Municipal, pois a junta de freguesia não pode servir só para limpar caminhos. Disse que gostava que fosse feito novo protocolo que permitisse fazer um pouco mais. Infelizmente vê algumas injustiças em relação a algumas instituições, pois a sua junta de freguesia também faz muito pelo social.

Disse que felizmente na Freguesia de Valongo de Milhas estão a decorrer algumas obras com o apoio da Câmara Municipal, alertando para uma intervenção urgente na estrada que faz a ligação de Serapicos à Serra da Garraia, que motivado pela passagem diária dos camiões dos madeireiros, existem alguns troços de estrada que já não é possível passar um carro ligeiro.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Ramos Silva, cumprimentou os presentes e referindo-se à intervenção do deputado Arménio, disse que, enquanto Presidente de Junta, fica muito satisfeito quando os Srs. deputados falam nas suas freguesias, pois gostaria que futuramente outros também o fizessem, que tivessem conhecimento dos problemas existentes nas diversas localidades e que os identificassem, acreditando que seria uma boa forma de poder ajudar os Srs. Presidentes de Junta a falar dos problemas das suas freguesias.

Recordou a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murça, dizendo que também na sua freguesia se faz muito trabalho na área social, mas que não é visível.

Realçou o sucesso da Universidade Sénior e aproveitou o momento para lembrar a inauguração do Centro de Convívio, em Penabeice, no próximo sábado, sede da antiga escola primária, agora recuperada.

Felicitou ainda o facto de a Câmara Municipal ter reconstruído o muro que tinha sido demolido devido a intempéries, na rua das Nogueiras, assim como o desvio das águas que eram canalizadas para aquele local.

Sobre o estado degradado em que se encontram vários caminhos, solicitou à Câmara Municipal a cedência da máquina, no sentido de procurar proceder à recuperação de vários caminhos que se encontram muito degradados e a necessitar de obras de manutenção.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, deu início à sua intervenção começando por cumprimentar todos os presentes e procurando responder por ordem e de forma sucinta às questões colocadas. Disse que de facto na 1ª Reunião de Câmara do mês de abril, esteve presente um grupo de cidadãos de Sobreira, tendo deixado um baixo assinado onde são manifestadas preocupações, da população sobre o Empreendimento Hidroelétrico de Foz Tua, questionando a Câmara sobre uma estratégia de intervenção complementar aos trabalhos da Albufeira de Foz Tua e que neste momento a Câmara Municipal está a procurar agendar reuniões com as pessoas que estiveram presentes na Câmara ou seu representante e a Junta de Freguesia de Candedo, para discutir o assunto e depois procurar fazer um esclarecimento no terreno.

Numa análise breve sobre esta situação, disse que o processo está a decorrer com normalidade e com os *timings* previstos; a questão da reflorestação; a implementação e construção do sistema de mobilidade do Tua, mas percebe e reconhece a dificuldade que as pessoas têm em identificar ações concretas do ponto de vista da intervenção no território. Essas intervenções vão demorar mais algum tempo, mas são intervenções que vão acontecer, também por intermédio dos serviços disponibilizados pelas organizações criadas, nomeadamente através do Parque Natural Regional do Vale do Tua, que é um organismo que foi criado para que se possa aproveitar uma determinada percentagem dos valores que são indexados à futura faturação da Barragem de Foz Tua.

Referindo que muito brevemente será organizada uma reunião de esclarecimento com este grupo que veio aqui à Câmara Municipal, por forma a que a partir daqui se possam desenhar formas de intervenção e de esclarecimento junto da população, em concreto.

Disse que em seu entender e pelo que pode perceber as pessoas não estão preocupadas com o decorrer das obras, mas com dúvidas sobre as mais-valias que a própria aldeia de Sobreira possa vir a usufruir.

A vida social e coletiva daquela aldeia sempre esteve ligada ao Rio, nomeadamente à "Praia Fluvial" sendo que do ponto de vista da classificação não poderá ter essa classificação, mas do ponto de vista da designação de espaço de lazer que ali foi crescendo ao longo do tempo e que faz parte da vida daquela aldeia, dizendo que é uma das situações que se procurará dar resposta, embora este ano devido ao decorrer das obras naquela zona, não poder ser criada.

Mais disse que este tipo de trabalhos que vierem a ser feitos, acontecerão na complementaridade da obrigação que a Câmara Municipal tem com a EDP e com todo este projeto e com os trabalhos que estão previstos, nomeadamente o caminho paralelo a toda a albufeira desde a Ponte da Brunheda até à Ribeira de Codessais, a construção de todo esse caminho e com os respetivos pesqueiros que já estão previstos, também com a estação elevatória das águas, em substituição da existente, estando já a decorrer os trabalhos de sondagem para avaliar onde deve ser feito o poço para a captação das águas. Disse que o caminho está em fase de concurso, estando a decorrer a análise das 14 propostas apresentadas. Está-se também a procurar resolver problemas de saneamento, com a substituição da fossa existente, entre outros.

Lembrou a DIA, documento onde estão definidas obrigações e medidas compensatórias do empreendimento.

Referindo-se à intervenção feita pelo deputado do PSD, Sr. Manuel Lousa esclareceu que não há dinheiros desviados, pois tal só aconteceria se a Câmara não cumprisse o Protocolo. A Câmara Municipal formalizou um Protocolo com a EDP, sendo que o valor de um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000,00€) não deve ser totalmente gasto naquele espaço, procurar e resolver algumas situações na freguesia de Candedo, mas o concelho de Murça é uno e não um território dividido.

Disse que, enquanto gestores do território devem pensar nele no seu todo e que algum daquele dinheiro pode e deve ser disponibilizado para esse fim.

Sobre a Junta de Freguesia de Fiolhoso e referindo-se às notas deixadas pelo deputado Arménio e corroboradas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, disse que também a Câmara Municipal fica desiludida com o que se está a passar. Este caso está a ser tratado de forma estranha, passando de contornos institucionais para pessoais. Colocando mesmo a questão no sentido de se saber se não tendo sido agendado o ponto da aprovação da Ata, o mesmo não poderia ser proposto pela Junta de Freguesia?

Indo de encontro aquilo que disse o deputado do PS, Arménio Ribeiro, referiu que a Câmara não pode entrar em ilegalidades, devendo procurar-se outros caminhos para se chegar a uma resolução. Contudo, a Câmara irá procurar ajudar a desbloquear essa situação.

Sobre as questões colocadas pelo deputado do PSD, Daniel Faceira, nomeadamente a questão sobre o Tribunal de Murça, referiu a reunião que teve com a Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e uma outra integrando os Municípios da CIMDOURO com a Sra. Ministra da Justiça e que tendo colocado a questão de forma direta à Sra. Ministra, foi-lhe dito que os tribunais iriam abrir de acordo com o que for deliberado na Assembleia da República e nas datas em que ali forem definidas, abrirão como secções de proximidade e com atos judiciais obrigatórios.

A garantia da Sra. Ministra é que todos os tribunais encerrados irão ter julgamentos e serviços judiciais obrigatórios. Referiu que estas reuniões decorreram num clima dialogante, numa atitude e postura de proximidade.

Mais disse, que a Sra. Secretária de Estado, na altura, estava a fazer um périplo por todo o território, continente e ilhas, por todas as comarcas no sentido de ter um conhecimento real e cabal da situação. Já tinha estado em Vila Real, um dos primeiros locais a visitar, disse que ele mesmo fez nota dessa visita e a Sra. Secretária de Estado ter-lhe-á pedido desculpa, dizendo que era a primeira deslocação que estava a fazer e que em termos de protocolo as coisas não terão funcionado tão bem, porque deveriam ter sido convidados os Presidentes de Câmara, nomeadamente aqueles cujos tribunais tinham sido encerrados, mas que a situação se estava a alterar. Mais disse, que a Sra. Secretária deu nota de que também se tinham deslocado técnicos aqui a Murça, para fazer uma avaliação do espaço do tribunal.

Mais referiu que também já foi devolvido o mobiliário que tinha sido levado para os contentores em Vila Real.

Sobre o lembrar a história e o passado do concelho, disse que não devemos ter vergonha nem medo do nosso passado e da nossa história, pois somos fruto desse passado e que este é o órgão certo para tomar determinadas decisões, independentemente do trabalho que possa vir a fazer o órgão executivo. Mais disse, que o órgão executivo e o órgão deliberativo devem trabalhar no comum interesse do Município.

Relativamente à Universidade Sénior, lembrou ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Murça que a Câmara sempre reconheceu a sua junta de freguesia como entidade promotora da Universidade Sénior, referindo que ele mesmo esteve presente em algumas reuniões no

processo de organização da Universidade Sénior, trabalhando quer com a Junta de Freguesia enquanto entidade promotora quer com os responsáveis pela coordenação, no sentido de se procurar encontrar os espaços para que pudesse funcionar. Pelo que, a Câmara sempre esteve disponível para colaborar. Disse estar feliz que a Universidade Sénior tenha sucesso e possa dar resposta a cada vez mais e a mais pessoas.

A Câmara Municipal sempre procurou disponibilizar apoio às associações de modo a serem autónomas e com vitalidade nas suas atividades, complementando as atividades da Câmara Municipal.

Sobre as nomeações, disse que fazendo uso das competências que a lei prevê, procedeu à exoneração da pessoa que estava no Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) designou uma outra pessoa para esse lugar e a pessoa que antes estava no GAP foi nomeada para apoio à Vereação. Neste momento estão três pessoas afetas aos gabinetes, duas de apoio à presidência e uma de apoio á vereação, sendo que no GAP estão duas pessoas com áreas técnicas muito definidas (área técnica social e área técnica jurídica), tendo em conta as necessidades do município.

Sobre a questão da legalidade ou ilegalidade disse que é uma competência sua e da sua responsabilidade.

- O Deputado do PSD, Renato Benídio, cumprimentou os presentes e questionou o facto do troço de estrada Noura/Ratiço se encontrar num estado muito degradado, perguntando para quando uma resolução.

Sobre o abastecimento de gás natural e dado que as obras continuam paradas, disse pretender saber qual o ponto de situação em que se encontra o processo de instalação e abastecimento de gás natural à Vila de Murça.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, solicitou um esclarecimento no sentido de clarificar que nunca pediu que a Câmara cometesse ilegalidades. Referindo que, em sua opinião, a apresentação por parte da junta de Freguesia de Fiolhoso de uma exposição subscrita pela maioria dos deputados da Assembleia de Freguesia onde relate a aprovação do Protocolo de Execução de Transferência de Competências, considera que esse documento seria suficiente e legal, para o efeito. Caso o não seja, obviamente que não pediria à Câmara que cometesse ilegalidades.

A questão relativamente ao nome da escola, disse pretender apenas lançar aqui um desafio, para validar da possibilidade junto da sociedade, até porque não é da nossa competência, pois a escola é pertença do Ministério da Educação.

- O Deputado do PSD, Daniel Faceira, exerceu o contraditório relativo às nomeações, dizendo que, não obstante ser uma competência do Presidente da Câmara, elas devem ser fundamentadas.

Relativamente à necessidade de existirem duas secretárias para áreas tão distintas e uma vez que a Câmara Municipal não dispõe de um departamento jurídico e de um departamento da ação social, questionou o Sr. Presidente da Câmara se não seria mais idóneo a criação desses departamentos, dado existir essa necessidade.

Sobre a nomeação de uma secretária para a vereação, disse que a Lei prevê que essa designação deve ser precedida de uma proposta dos vereadores, sendo que isso não aconteceu.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Luís Marques, referiu a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais sobre os protocolos, dizendo que já se passaram dois anos e que seria necessário fazer uma avaliação desses dois anos de execução.

Mais disse, que foi solicitado a cada junta que fizesse um relatório de execução, prevendo que a entrega desse relatório fosse precedida de uma avaliação criteriosa junto dos Presidentes de Junta, pois seria a oportunidade para se reverem os protocolos. Nesse sentido, propôs que dentro de um prazo breve se possa discutir este assunto, que o executivo municipal reunisse com todas as juntas, fizessem uma avaliação e fosse discutida a possível alteração aos valores dos atuais protocolos.

Mais disse, que enquanto cidadão o preocupa o facto de existir ainda em funcionamento o sistema de abastecimento de água que vem de Fonte Fria, instalado no ano de 82/84, dizendo que deveria haver uma preocupação quanto à qualidade da água que passa pelas condutas com amianto.

Referiu ainda a não existência de um espaço específico que possa funcionar como lixeira municipal, dado que há um ano que foi retirado o local existente e até agora não foi encontrada uma alternativa. Perguntou se a recolha do lixo pelas aldeias é diária, aludindo ao facto das pessoas continuam a depositar o lixo pela floresta.

Lembrou que no dia 15 de maio irá ser transmitido de Murça um programa televisivo, questionando se estão a ser considerados outros recursos económicos que não o vinho e o azeite, não obstante a sua importância.

Referindo-se à questão do acolhimento de refugiados, perguntou se o Município de Murça pondera receber refugiados e se estão a ser criadas as condições necessárias, para o efeito.

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, José Maria Costa, aproveitou para pedir desculpa ao Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais por não ter respondido às suas questões, referindo que há soluções e que o paradigma da atuação das autarquias também vai abrangendo mais áreas e competências. É necessário fazer uma avaliação sobre os protocolos, mas isso não significa que a Câmara Municipal tenha disponibilidade financeira para transferir mais verbas.

Respondendo ao deputado do PSD, Renato Benídio, disse existirem muitos km da rede viária bastante degradada, nomeadamente a ER 314, mas não é possível dar resposta a todas

as necessidades. Disse ter chegado nesse dia um camião com massa asfáltica, para proceder a alguns pequenos trabalhos de manutenção nas diversas estradas do concelho, procurando minimizar estes problemas.

Relativamente ao assunto do abastecimento de gás a Murça, disse que neste assunto se sente vencido mas não convencido e que de momento não existem alternativas, foram apresentados três espaços que não foram aceites, e apresentadas algumas condições que também não foram aceites. Foi feito um contacto com a empresa no sentido de se fazer uma avaliação sobre o local a implementar.

Esta foi a vontade de algumas pessoas de Murça e a Câmara procurou respeitar essa tomada de posição.

A questão do abastecimento de água que vem de Fonte Fria é uma preocupação, ainda existe uma área, embora pequena, abastecida por essa água, com ligações em fibrocimento e não amianto, sendo que os valores das análises não têm apresentado alterações.

Sobre a lixeira, disse que em tempos estiveram três contentores para fazer a recolha, entretanto com a mudança da empresa não estava a ser dada resposta e os mesmos foram fechados. O facto de estar a ser depositado o lixo na floresta é da responsabilidade de quem o faz, mas que a Câmara irá procurar dar respostas a estas necessidades. Referindo que a empresa atual faz a recolha dos monstros, desde que colocados junto aos contentores do lixo, existentes nas diversas localidades.

Sobre os refugiados, referiu que o Município de Murça, neste momento, não faz parte da rede de acolhimento de refugiados e que na sua opinião não devemos ser os primeiros nem os últimos. Procurará estar atento ao decorrer do processo.

Sobre as oportunidades de investimento de dinheiros públicos e de aproveitamento da televisão enquanto meio divulgação e comunicação disse que quanto à divulgação que poderá ser feita, aquando da transmissão do programa em direto de Murça, no próximo dia 15 de maio, esteve em Murça uma equipa a fazer algumas gravações que serão apresentadas no direto, que na verdade houve divergências nas temáticas apresentadas, nomeadamente o património e também propostas de investimento, mas não é da nossa autonomia essa gestão. No dia da Feira serão feitas reportagens com os diversos expositores/produtores.

Sobre a ilegalidade a que o deputado Daniel Faceira se refere (gabinetes de apoio) disse apenas que é uma decisão sua e da sua competência.

- O deputado do PSD, Daniel Faceira, manifestou o seu desagrado pela não resposta à questão colocada.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Luís Marques, disse que rever os protocolos não quer dizer que serão apenas os valores financeiros, pois existem necessidades que não implicam aumentar o valor do protocolo, dando como exemplo a disponibilidade da máquina, quando necessária.

Sobre o assunto da televisão, disse que apenas irá ter espaço de antena quem tiver expositor na feira, lamentando não se dar oportunidade a outros motores da economia deste concelho, nomeadamente a floresta, a caça, o mel e a castanha, fundamentais em duas áreas deste território.

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

2 - Declaração dos recebimentos e pagamentos em atraso a 31-12-2015, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e da lei n.º 22/20145, de 17 de março;

(Alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

3 - Declaração dos montantes globais dos encargos plurianuais a 31-12-2015, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e da lei n.º 22/20145, de 17 de março;

(Alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

4 - Aprovação do relatório e contas de 2015;

(Alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

5 - 2.º Modificação ao orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016 (1.ª revisão ao orçamento da receita; 1.ª revisão ao orçamento da despesa; 1.ª revisão ao plano de atividades municipais e 1.ª revisão ao plano plurianual de investimentos);

(Alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

_____ // _____

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

José Maria Garcia da Costa, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Murça, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, vem apresentar à Excelentíssima Assembleia Municipal informação das Atividades da Autarquia:

1 - Audiências com Membros do Governo

- Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna – Posto da GNR de Murça

Sobre este assunto fui informado que não existe naquele ministério qualquer processo relacionado com este projeto e que tal situação é comum a vários processos e transversal no território, relacionando-se esta situação com o facto de ter havido a fusão de alguns serviços.

Aquela secretaria está a ter conhecimento de vários processos através dos organismos locais que solicitam informações e esclarecimento, pelo que houve necessidade de proceder ao levantamento das diversas situações existentes, priorizando a análise e enquadramento legal às situações mais desenvolvidas em termos físicos, ou seja, foi necessário fazer uma elencação de prioridades.

- Ministra da Justiça e Secretária de Estado Adjunta

A reunião com a Sra. Secretária de Estado aconteceu na sequência da solicitação do Município de Murça e com a Sra. Ministra através da CIMDOURO juntamente com vários municípios.

Apesar das reuniões terem acontecido em momentos diferentes a informação foi a mesma. Brevemente será aprovado um Decreto-Lei na Assembleia da República o qual definirá a abertura dos tribunais encerrados, a forma e o conteúdo, sendo certo que funcionarão como Secções de Proximidade com atos judiciais obrigatórios.

- Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Consolidação da Rede de Equipamentos Sociais

O Sr. Ministro informou que a verba para a construção deste tipo de equipamentos ficará afeta ao Pacto das CIMs, e sujeitos a mapeamento, sendo certo que aquele ministério ainda não procedeu ao referido mapeamento, no qual serão identificados os equipamentos objeto de financiamento. Contudo, a prioridade não se centra no apoio à 3ª idade, mas sim à infância e juventude.

Tendo em conta que no caso deste concelho existe um projeto aprovado e um terreno disponível, poderá vir a merecer uma análise própria durante o período de vigência do atual quadro comunitário.

- Secretária de Estado da Modernização Administrativa – Adiada.

2 - CIMDOURO - Secretário de Estado do Ambiente

Em reunião do Conselho Diretivo da Cimdouro esteve presente o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, tendo assente a sua intervenção no tema das Águas

- Fusão de Sistemas em alta – Pode haver reversão no processo de fusão de sistemas já desenvolvido, sendo certo que os valores das tarifas não sofrerão alterações.

- Verticalização – Os municípios têm autonomia para gerirem e decidirem podendo desenvolver o processo isoladamente ou em associações multimunicipais.

3 - Processo de Contabilidade de Custos

A Câmara Municipal, procurando modernizar e qualificar a prestação de serviços está, há dois meses a esta parte, a implementar o sistema de contabilidade de custos o que obrigará à alteração de alguns

procedimentos, nomeadamente nos processos de aquisição de bens e serviços que permitirá uma análise de gestão mais pormenorizada e objetiva.

4 - Dia da Árvore

Visita das crianças do 1º Ciclo ao Parque Natural do Alvão.

No passado dia 15 de março a Câmara Municipal de Murça, através do Gabinete Técnico Florestal e em colaboração com a Divisão de Planeamento/Ordenamento e Ambiente, proporcionou a todos os alunos do 1.º ciclo do Concelho de Murça, uma visita de estudo ao Parque Natural do Alvão, tendo como guia de visita os técnicos deste parque.

Esta visita teve como principal objetivo assinalar o DIA INTERNACIONAL DAS FLORESTAS.

Os alunos do primeiro ciclo do Concelho de Murça tiveram a possibilidade de melhor conhecer e interpretar as florestas, ficando com uma noção mais ampla de que “FLORESTAS SÃO MUITO MAIS DO QUE ÁRVORES”, pois, o Parque Natural do Alvão, tem um vasto património natural de fauna e flora, bem como geológico.

5 - Comemorações do 25 de Abril de 1974

- Cerimónia de Hastear de Bandeiras

- Tributo a Zeca Afonso

6 - Dia 8 de maio - Feriado Municipal

- Cerimónias Oficiais

-Apresentação do vinho “Foral de Murça”.

- Passeio B. T. T por Terras de Murça

- Exposições Temáticas

- Torneio de Futsal 8 de Maio

- Seminário a “Porca de Murça” contextualização histórica e social

- Concerto de Musica Tradicional Portuguesa

7 - Feira do Azeite, Vinho e Produtos Regionais

A edição deste ano da FAV decorrerá nos dias 13, 14 e 15 de maio devido ao facto da TVI transmitir, diretamente de Murça, o programa “Somos Portugal” não havendo disponibilidade no dia 8, para tal.

8 - PROVERE Douro 2020

O Município de Murça vai integrar o consórcio PROVERE “Douro 2020” ao qual poderá candidatar projetos no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros cujo objetivo passa por aproveitar os recursos financeiros disponibilizados ao abrigo das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC PROVERE), no âmbito do programa operacional NORTE 2020.

Esta iniciativa visa a Valorização de Recursos Endógenos e são promovidas por um consórcio de instituições de base regional ou local, nomeadamente empresas, associações empresariais, municípios, instituições de ensino, agências de desenvolvimento regional, associações de desenvolvimento local e outras instituições relevantes.

De momento, a autarquia candidatou dois projetos que integram as áreas turística, desportiva e lazer, associados à divulgação do território e promoção dos produtos endógenos.

9 - Encontro de Traquinas e Petizes

Murça foi palco do trigésimo Encontro Distrital de Traquinas e Petizes, uma iniciativa da Associação de Futebol de Vila Real e do Murça Sport Clube, com o apoio da Câmara Municipal de Murça através do Gabinete de Desporto.

10 - Atlantic Enduro Murça 2016

Murça recebeu a primeira prova da edição de 2016 do Atlantic Enduro, numa organização do Clube de Montanha de Murça.

11 - Biblioteca Municipal

- Jantar com Histórias de Pijama - primeiro ciclo*
- Hora do Conto - Lendas de Portugal - 5o ano*
- Semana da Leitura - Sarau de Leitura e Estafeta da Leitura*

12 - Festa do Andebol

O Pavilhão Municipal de Murça foi palco do primeiro FESTAND, um encontro de Andebol para crianças, organizado pelo Gabinete de Desporto da Câmara Municipal de Murça, com o apoio da Federação de Andebol de Portugal e do Andebol 4 Kids.

13 - Escola E. B. 2/3 e Secundária de Murça

No âmbito do processo de recuperação/reabilitação desta escola, uma equipa de técnicos da CIMdouro realizou uma visita com o objetivo de proceder a uma avaliação das necessidades de intervenção, tendo concluído que os trabalhos a desenvolver rondarão os 3,5 milhões de euros.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, sensibilizou os presentes para que procurassem não ser repetitivos, lembrando aos Srs. Presidentes de Junta que devem procurar resolver assuntos de gestão corrente, nomeadamente com protocolos, lixos, máquinas, etc. em reunião com o executivo municipal.

Deixou uma nota relativamente às questões dos protocolos mencionados na informação escrita, referindo que é mencionado que foram assinados protocolos com diversas instituições, mas que faltou referir com quem foram celebrados e quais os valores protocolarizados.

Ausentou-se da sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murça

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Ramos Silva, referindo-se ao ponto 1 - Audiências com Membros do Governo, disse que relativamente ao referido pelo Sr. Ministro da Solidariedade e Segurança Social em que diz que tendo em conta que no caso deste concelho existe um projeto aprovado e o terreno disponível e que poderá vir a merecer uma análise própria durante o período de vigência do atual quadro comunitário. Referiu que, sendo este um projeto de Jou e sabendo que a apresentação de uma candidatura deste género teria outro entendimento a nível governamental se apresentada através de uma IPSS, seria aconselhável pensar em criar uma IPSS.

Sobre o ponto 8 - PROVERE “Douro 2020”, disse que gostaria de saber se a sua freguesia também vai ser contemplada com a apresentação de alguma candidatura, referindo existirem condições à sua implementação.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse que a sua junta de freguesia elaborou o relatório de execução, com todos os trabalhos realizados e com a verba disponibilizada pela Câmara Municipal. Reconhece que a Câmara não tem folga financeira para acudir a todas as necessidades do concelho, mas lamenta a falta de diálogo com as juntas, aconselhando a uma descentralização e gestão autárquica dialogante, procurando visitar as diversas freguesias.

- O deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira, cumprimentou os presentes e lembrando a informação do Sr. Presidente da Câmara, referindo a reabertura do Tribunal de Murça, salientou não ter sido necessário apoiar nenhuma iniciativa contra a Lei para que o Tribunal de Murça reabrisse, congratulando-se com a notícia.

Relativamente ao assunto apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Jou sobre na área social, existir um projeto aprovado e terreno disponível, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre que perspetivas tem para solucionar este problema. Mais disse que a criação de uma IPSS pode ser um caminho viável, mas é importante agir, pois este assunto já se arrasta há demasiado tempo.

Deixou ainda uma nota sobre a implementação da contabilidade de custos, perguntando o porquê desta implementação e que custos vai ter.

Referiu as comemorações do 25 de abril, congratulando-se pela Câmara Municipal ter assinalado a data, contudo, lamenta a fraca participação da população. Disse ainda, que concorda com a sugestão apresentada em se voltar a realizar a Sessão Ordinária da AMM de abril, nesse dia.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse congratular-se com a globalidade da informação escrita, não obstante poder ser mais detalhada, referindo ainda que a mesma deveria ficar disponível para consulta pública, através dos portais de informação disponíveis, para o efeito, permitindo à população ter conhecimento sobre aquilo que a Câmara faz e que interessa a todos.

Salientou a abertura para breve do Tribunal de Murça e também pelo facto da Sra. Ministra da Justiça não se recusar a dialogar.

Relativamente ao ponto 2, disse pretender saber qual a estratégia para Murça relativamente a esta situação, qual o melhor caminho para os munícipes e para a autarquia, pois o contrário será incomportável para a autarquia.

Sobre a eficiência energética perguntou qual a estratégia da Câmara nesta temática.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, respondeu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que é mau sinal mencionar aqui algumas necessidades e angústias.

Disse que está à vontade para esclarecer onde e como foi gasto cada cêntimo do valor do protocolo.

Sobre a informação escrita, referiu-se ao ponto 4º sobre a visita dos alunos do 1º ciclo à Serra do Alvão, lembrando que a Serra da Garraia também seria uma boa opção.

Relativamente ao ponto 9 – salientou mais uma organização desportiva no nosso concelho, deixando umas palavras de incentivo às partes envolvidas pela excelente atividade, lembrando que os equipamentos existentes no concelho servem para isso mesmo.

Deu os parabéns pela atividade do BTT, um evento que movimentou muita gente e com uma excelente organização.

Sobre o ponto 6 – disse que infelizmente continua a chamar-se feira do vinho e do azeite, referindo que há mais produtos que fazem parte deste concelho, aproveitando para solicitar que fosse alterado o nome e que se divulgassem também outros produtos e as diversas regiões do concelho.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, referindo-se á questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Jou sobre o PRODER Douro 2020, nomeadamente os dois projetos ligados ao turismo e aos produtos endógenos, começou por dizer que estes projetos fazem parte da listagem dos projetos a serem trabalhados no âmbito da CIMDOURO e do PRODER, nomeadamente o Centro Municipal de Apoio ao Turístico de Natureza e os Núcleos Rurais de Apoio à Economia e Desenvolvimento Local, estando alocados à Câmara de Murça 450.000,00€ a serem utilizados em duas fases, que passará pela reabilitação e ampliação do espaço designado por “Casa da Pista”, em S. Domingos, permitindo criar ali um centro de acolhimento, de recolha e de partida para um conjunto de percursos pedestres e de BTT, que venham no seguimento deste programa a serem desenvolvidos em todo o território do concelho.

Sobre os Núcleos Rurais de Apoio à Economia e Desenvolvimento Local é no sentido de procurar criar aqui uma estratégia numa lógica de recuperação de património no espaço rural, nomeadamente escolas desativadas ou outros imóveis que sejam pertença das juntas de freguesias, podendo ser reabilitados, criando núcleos locais que venham a fazer uma interface com estes percursos do Centro Municipal de Apoio ao Turismo de Natureza.

Quanto à questão que aqui está a ser esplanada sobre o projeto social e da nota deixada pelo Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, referiu que o Sr. Ministro informou que a verba para a construção deste tipo de equipamentos ficará afeta ao Pacto das CIMs, e sujeitos a mapeamento, sendo certo que aquele ministério ainda não procedeu ao referido mapeamento, no qual serão identificados os equipamentos objeto de financiamento. Contudo, a prioridade não se centra no apoio à 3ª idade, mas sim à infância e juventude. Porém, entendeu fazer a reunião com o Sr. Ministro no sentido de lhe transmitir que tendo em conta, que neste concelho existe um projeto aprovado e um terreno disponível, onde lhe foi dito que o mesmo poderá vir a merecer uma análise própria durante o período de vigência do atual quadro comunitário, embora ainda não exista nada em concreto.

Sobre os equipamentos escolares e no âmbito da CIMDOURO os Ministérios com a tutela já fizeram um mapeamento dos equipamentos a serem recuperados, referindo a EB 2/3 de Murça como sendo uma das escolas que entrou no mapeamento.

Quanto à Contabilidade de Custos, disse que vai permitir um conhecimento e uma elencação mais concreta do valor gasto em cada serviço, ou seja uma melhor orientação e maior clarificação na gestão.

A implementação deste sistema tem um custo de 23.000,00€.

Sobre o processo das águas e no âmbito da CIMDOURO disse ter estado o Sr. Secretário de Estado numa reunião da CIMDOURO e o assunto a tratar foi a fusão do sistema em alta e a verticalização, ou seja deixamos de ter Águas de Trás-os-Montes e passamos a ter Águas do Norte, com a mudança de governo houve também uma mudança de estratégia e, há a possibilidade de os municípios que assim o entenderem saírem da fusão, embora menos vantajoso para os municípios do interior, pois permanecendo na fusão juntamente com os municípios do litoral em que o consumo é muito mais elevado, seriam menos 0,17 cêntimos por litro, na compra da água em alta.

Sobre o processo de verticalização, disse que na CIM está a ser feito um trabalho de análise no sentido de ser criada uma associação intermunicipal. Referiu ainda que está em curso a elaboração de uma candidatura ao POSEUR, no sentido de se candidatar ETARES em falta no município e a Rede de Saneamento não existente que deverá estar concluída até junho.

_____ // _____

2 - Declaração dos recebimentos e pagamentos em atraso a 31-12-2015, nos termos da alínea b) do n.1 do art.º 15.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e da lei n.º 22/20145, de 17 de março;

(Alínea b) do n.1 do art.º 15.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

Não houve intervenções
“A Assembleia Municipal tomou conhecimento”

_____//_____

3 - Declaração dos montantes globais dos encargos plurianuais a 31-12-2015, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e da lei n.º 22/20145, de 17 de março;

(Alínea a) do n.1 do art.º 15.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

Não houve intervenções

“A Assembleia Municipal tomou conhecimento”

_____//_____

4 - Aprovação do relatório e contas de 2015;

(Alínea l) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

- A Deputada do PSD, Catarina Gouveia, cumprimentou os presentes e referiu que após análise do Relatório e Contas de 2015, o que a preocupa particularmente, é não haver uma política direcionada à juventude, pois o município não está a criar condições para uma juventude empreendedora, capaz de se sustentar e de se fixar no concelho e que é essencial criar políticas locais de juventude, não se limitando apenas à existência ou à criação do Conselho Municipal da Juventude, que por sinal não está a funcionar convenientemente. Referiu que devem passar por áreas essenciais, como a educação, a saúde, a habitação e sobretudo a formação e o emprego e que estas políticas devem ser transversais às políticas municipais, ainda que em coordenação e articulação com as políticas nacionais e internacionais, mas devendo passar pelo apoio ao investimento, pelo incentivo à instalação de empresas que gerem postos de trabalho. Deu, o exemplo, de se pensar em isenção ou redução de taxas de construção ou reabilitação de imóveis, devolução de IRS pelas autarquias.

Mais concluiu que a autarquia não está a conseguir fixar jovens em Murça, e isto, é muito preocupante e a exigir medidas adicionais, porque um município que no presente não invista nos jovens não pode nunca ter um futuro.

- O Deputado do PSD, Renato Benídio, disse que este relatório continua a ter uma baixa taxa de execução ao nível da despesa, dizendo que este executivo continua atado de pés e mãos a uma dívida extremamente avultada e que por este andar não vai ser nos próximos anos que vamos ter políticas de investimento, neste concelho.

- O deputado do PS, Joaquim Pinto, deu início à sua intervenção começando por cumprimentar todos os presentes e leu uma intervenção que se passa a transcrever:

“No mês de abril, como determina a lei, que apreciamos e de, seguida, votamos o Relatório e Contas da gestão do ano civil anterior.

Uma primeira palavra é para louvar o trabalho empenhado de todos aqueles que contribuíram para a elaboração destes documentos.

Uma segunda palavra é para apresentar uma análise aos referidos documentos.

Sem pretensão de sermos exaustivos e tecnicistas - até por insuficiência de conhecimentos nesta matéria - contudo, daremos nota de alguns aspetos que consideramos importantes para a análise dos documentos em apreço.

Os documentos da Prestação de Contas traduzem a gestão do executivo municipal durante o ano civil passado.

Para a sua análise, devemos considerar vários fatores que condicionaram a gestão do Município em 2015. Essas condicionantes são, por exemplo, o mecanismo de recuperação financeira municipal, a tão falada crise económico-financeira, a escassez dos recursos financeiros e outros aspetos da nossa condição geográfica de periferia e baixa densidade populacional.

E, como os recursos disponíveis são limitados, para satisfazer plenamente as necessidades dos cidadãos, o executivo municipal tem, naturalmente, de fazer opções. Em economia, estaríamos a falar de custos de oportunidade: ao fazermos determinado investimento deixamos necessariamente de fazer outros. E aqui entram, também, as opções políticas dos executivos municipais. Neste sentido, estes documentos, agora em análise, traduzem uma gestão orientada por uma determinada estratégia política. Poderíamos considerar outras opções. Claro que sim!

Salientamos também que a execução global do orçamento do ano anterior ultrapassou os 90%, relativamente à receita, e 78%, relativamente à despesa. Tem havido da parte da gestão municipal um esforço constante para tornar os orçamentos mais realistas e, por conseguinte, mais rigorosos. Sublinhamos, ainda, o resultado positivo da gestão do ano passado que foi superior a meio milhão de euros o que traduz um aumento em relação ao ano anterior de 2014.

Podemos considerar também que a dívida total do município desceu 12,68%, tendo sido pago mais de um milhão de euros. Desta forma, o Município de Murça deixa de estar em situação de défice excessivo. Este foi também, desde a primeira hora, um desejo e um objetivo deste executivo.

Em relação às reservas do Revisor, elas evidenciam, por um lado, a questão da não certificação do património municipal que exigirá o seu registo nas finanças e conservatória do registo predial. Nesta matéria, altamente burocratizada, a Câmara está a desenvolver esforços para ultrapassar esta reserva. Por outro lado, o Revisor Oficial de Contas refere, à data, a não implementação da contabilidade de custos, o que já está a ser implementado, neste momento.

Depois do que fica dito, creio que é preciso reconhecer que vivemos tempos novos no que concerne à gestão autárquica. Estamos perante um novo paradigma. Quando no passado o investimento público foi muito usado, nos tempos que correm a ideia central da gestão é, sobretudo, gerir de forma eficiente e eficaz os recursos. Claro que, pontualmente, continuam a ser necessários investimentos estruturais, como, aqui, hoje, foram referidos. O que se tem procurado também fazer ao ritmo das possibilidades da autarquia. Mas não há investimento sem aumentos da dívida. Não podemos, nesta matéria, reclamar

em simultâneo a redução do endividamento e o aumento de investimento público. São, na verdade, realidades contrárias e impossíveis em gestão. A sabedoria popular traduz de forma magnífica esta mesma impossibilidade ao dizer que não se pode ter sol na eira e chuva no nabal.

Acreditamos que o executivo tem dado o seu melhor no sentido de responder às necessidades da população, sem nunca perder a noção de que é imperioso equilibrar as finanças municipais. Estamos conscientes, no entanto, que se pode, cada vez, fazer mais e melhor: evoluir é próprio da condição humana.

Neste sentido, esta bancada votará favoravelmente o Relatório e Contas do ano 2015."

- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira, disse que o documento reflete a forma como as receitas são alocadas às despesas, desagradando-o o facto de verificar estar praticamente ausente uma política desta desafetação.

É um documento técnico que evidencia bem a gestão da Câmara Municipal dos últimos anos, também ela puramente técnica, ou seja, não há muito por onde ter criatividade, onde investir e por onde procurar solucionar problemas concretos.

O que este documento nos mostra não são boas contas, mas sim contas bem-feitas. Aludindo ao facto de que, quem faz a certificação das contas é pago pela mesma Câmara.

No entanto, deixou um alerta que tem a ver com a reserva do património, referindo que pode parecer irrelevante e justificar-se de muitas formas, mas pergunta porque é que esse património não foi devidamente comprovado, é certo, que é um processo antigo e o território é vasto, mas não nos podemos esquecer que o nível de endividamento desta Câmara ainda é elevado e o património é usado como garantia para o endividamento, inscrito no Relatório e Contas com um valor concreto e muito significativo.

Mais disse que, para ele, estas não são boas contas, que ano após ano, praticamente não existe investimento e toda ação do município está pré-determinada pelas despesas correntes e pelos encargos com a dívida, considerando não haver opções na gestão municipal, lamentando que se continue a pagar uma atitude despesista de anteriores responsáveis autarcas.

O Deputado do PSD, Manuel Pinto, cumprimentou os presentes e disse reconhecer o esforço que a Câmara tem feito para conseguir uma taxa de execução razoável, embora considere que ficaria muito mais satisfeito e menos preocupado se o valor aqui referido de 1.283.000,00€ de amortização, tivesse sido feito voluntariamente e não pela obrigatoriedade em cumprir o plano de saneamento financeiro.

Manifestou ainda preocupação com o aumento de 4% relativamente à taxa de execução das despesas correntes, pois só para despesas correntes e pessoal são 87%, referindo a impossibilidade quase absoluta da Câmara Municipal fazer obras estruturantes e de ser empreendedora, pois aquilo que se gastou no passado comprometeu, de facto, o futuro.

Sobre os 32% de execução na área social, isto é, apenas 1/3 da execução global, lamentou o facto de não se estar a aproveitar o contributo da técnica que a Câmara tem nesta área, uma vez que a mesma foi colocada ao serviço da EB 2/3 e Secundária de Murça.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, referindo-se aos anteriores comentários, disse haver o cruzamento de várias ideias e procedimentos.

Debateu-se a despesa, o investimento, o endividamento, a forma de fazer um orçamento mais realista, o património e referindo-se à intervenção do deputado, Luís Perdigão disse que o património deve estar registado e devidamente identificado, mas que na gestão do atual executivo não se irá procurar alocar o património como validação de uma receita que em termos orçamentais não é real. Para o orçamento ser o mais realista possível tem que se cingir aquilo que são de facto as receitas líquidas, pretendendo seguir uma lógica muito concreta e objetiva da gestão patrimonial e financeira.

Quanto a existir uma desafetação da componente política da componente técnica, disse que na verdade, quer queiramos quer não, há funções e atividades que por vezes assentam em opções políticas.

A margem de ação é estreita e este executivo não teve o apoio de um quadro de apoio de fundos disponíveis. Aconteceu o encerramento do QREN e, até agora, o novo quadro ainda não deu início à abertura de regulamentos para se poderem apresentar candidaturas, aguardando a abertura do PROVERE Douro 2020, onde porventura a Câmara o poderá fazer, pois fazer investimento apenas com financiamento autónomo será muito difícil.

Disse ainda, que enquanto Presidente de Câmara exerce as suas competências legais em liberdade e consciência dentro dos condicionalismos locais e nacionais. Este executivo não está atado, nem de mãos, nem de braços, nem de consciência, está a trabalhar com autonomia e com aquilo que lhes confere a legislação e condição autárquica.

Relativamente à aquisição de bens e serviços disse que, de facto, a Câmara em 2015 fez algumas aquisições de prestações de serviço, para poder implementar alguns serviços e modernizar procedimentos.

Sobre as obras estruturantes, disse que no entender do executivo municipal os trabalhos que estão a decorrer na Zona Industrial de Murça é uma obra estruturante, com um valor de 150.000,00€ de investimento.

Sobre a Técnica da Ação Social, disse que na verdade é funcionária da Câmara Municipal, não entra neste relatório porque iniciou funções em 2016 e que está a desenvolver um bom serviço na Escola EB 2/3 e Secundária de Murça, dentro das competências da própria técnica e do conteúdo funcional definido e em parceria com o gabinete social da autarquia e o Diretor do Agrupamento.

- O Deputado do CDS, Luís Perdigão, disse que efetivamente compreende a dificuldade com que a Câmara se debate no dia-a-dia para fazer esta gestão, compreende a vontade diária e a convicção de querer trabalhar em consciência e verdade, embora lhe pareça que a Câmara não o poder fazer porque não tem condições para isso, pois os condicionalismos financeiros não o permitem.

Lembrou que com a abertura do novo quadro comunitário poderá ser um excelente momento, para o município fazer grandes investimentos com pouco dinheiro.

Concluiu, dizendo que o valor de amortização da dívida no ano de 2015, aplicado em participações do quadro comunitário, permitiria ao município investir anualmente 100 milhões de euros.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	01
Contra	07
A Favor	13

Deliberação: *aprovado por maioria, o relatório e contas de 2015*

Votaram a favor: Grupo Parlamentar do PS e o representante da União de Freguesias de Carva e Vilares

Votaram contra: Grupo Parlamentar do PSD

Abstiveram-se: Deputado do CDS

“Esteve ausente da votação o Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques.”

_____ // _____

5 - 2.º Modificação ao orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016 (1.ª revisão ao orçamento da receita; 1.ª revisão ao orçamento da despesa; 1.ª revisão ao plano de atividades municipais e 1.ª revisão ao plano plurianual de investimentos);
(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

Deliberação: aprovado por unanimidade

Ausentaram-se da sessão os deputados do PS, Maria José Marques e Marcolino dos Santos

Período de Intervenção do Público

“Não houve intervenções”

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

4 - Aprovação do relatório e contas de 2015;

(Alínea l) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

5 - 2.º Modificação ao orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016 (1.ª revisão ao orçamento da receita; 1.ª revisão ao orçamento da despesa; 1.ª revisão ao plano de atividades municipais e 1.ª revisão ao plano plurianual de investimentos);

(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	19
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	19

Deliberação: Aprovada por unanimidade


ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do n.º 2 do art.º 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, encerrou os trabalhos e aproveitou para agradecer as intervenções e a forma como decorreram os trabalhos, informando sobre os tempos gastos pelos vários intervenientes.

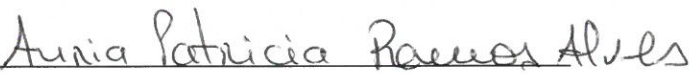
Os trabalhos encerraram às 18:00 horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(João Luís Teixeira Fernandes)

O 1º Secretário da Assembleia Municipal



(Auria Patrícia Ramos Alves)

